

Juventude e o direito à educação: considerações iniciais do cenário educacional durante a pandemia da COVID-19

Samanta Oliveira

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão acerca dos impactos no cenário educacional brasileiro, ocasionado pela pandemia da COVID-19. Metodologicamente, utilizou-se a análise documental e constatou-se algumas ameaças ao direito à educação que podem comprometer a trajetória escolar dos jovens, sobretudo aqueles que estão expostos às vulnerabilidades sociais. Este artigo lança luz sobre a necessidade de continuar acompanhando o fenômeno em tela para sua melhor compreensão no pós-crise, quando, provavelmente, muitas indagações do contexto atual ficarão mais claras, permitindo melhor definição e compreensão.

Palavras-chave: Juventude; Direito à educação; COVID-19.

INTRODUÇÃO

Na literatura, é possível encontrar vasta discussão acerca da categoria juventude. Por não se tratar de uma temática recente, diversos autores ao longo das décadas apresentaram diversas análises, as quais serão utilizadas neste texto para compreender e discutir a categoria. Inicialmente, é importante destacar que tratar a categoria juventude não é uma tarefa simplória, principalmente, quando se compreende que a idade é um conceito maleável e pode ter diferentes leituras, de acordo com o contexto social em que está inserida. Segundo Bourdieu (1983),

A fronteira entre juventude e velhice é em todas as sociedades uma parada em jogo de luta. [...] Cada campo, como mostrei a propósito da moda ou da produção artística e literária, tem as suas leis específicas de envelhecimento: para sabermos como se recortam aí as gerações, precisamos de conhecer as leis específicas do campo, as paradas em jogo de luta e as divisões que esta luta opera ("nova vaga", "novo romance", "novos filósofos", "novos magistrados", etc.). Nada há aqui que não seja muito banal, mas que faz ver que a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável. (BOURDIEU, 1983, p. 151).

Pautada na discussão levantada pelo autor, afere-se que a idade não pode ser considerada como um dado fixo e estanque, e sim, como um dado flexível que varia de acordo com diferentes contextos sociais. Neste ínterim, a questão não se esgota apenas ao fator idade. Para Bourdieu

(1993, p. 153), "o facto de se falar dos jovens como de uma unidade social, de um grupo constituído, dotado de interesses comuns e de se referir esses interesses a uma idade definida biologicamente, constitui já uma evidente manipulação". De tal forma, compreende-se que ao tratar a categoria juventude é necessário analisá-la em conjunto com outros fatores. Tratar a juventude considerando apenas o critério etário seria um desafio no âmbito deste trabalho, visto que

[...] como nos lembra Carrano, a definição de ser jovem através da idade é uma maneira de se definir o universo de sujeitos que habitariam o tempo da juventude. Esse é um critério variável e muda de país para país. Na América Latina, vai se estabelecendo o consenso de que os jovens devem ser considerados até os 29 anos, tal como vimos com o Estatuto e a PEC da Juventude. (Dayrell, Carrano, 2014, p. 111).

Nesta perspectiva, ressalta-se que, as normativas e documentos orientadores que estipulam as faixas etárias variam de acordo com a definição e interpretação de cada sociedade.

Aprofundando um pouco mais a temática e, considerando a importância em tratar as diferentes abordagens teóricas que debatem a categoria juventude, destaque-se a corrente geracional, a qual compreende e define a juventude a partir dos aspectos etários. Logo, "esta corrente compreende a juventude no sentido de fase de vida, enfatizando o aspecto de homogeneidade" (Alves, 2017). Contudo, deve-se ressaltar que limitar a categoria juventude somente à análise geracional, pautada em aspectos etários, pode não contemplar os diferentes contextos sociais brasileiros. De acordo com León (2005, p. 13), "um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos". Assim, a corrente geracional não contempla a discussão que se propõe traçar ao longo deste trabalho, visto que o critério de idade universal não dialoga com a perspectiva plural e heterogênea com a qual a juventude é interpretada nesta pesquisa. Contrariamente à perspectiva da corrente geracional, a corrente classista compreende a juventude a partir das relações de classe. Segundo Alves (2017), "na chamada corrente classista, na qual se enfatiza a questão da classe social, a transição dos jovens para vida adulta é pautada por desigualdades sociais, seja quanto divisão sexual do trabalho,

seja, principalmente, quanto à condição social”.

Outro importante aspecto do debate sobre a categoria juventude é compreender como a nomenclatura dessa categoria foi utilizada ao longo dos anos, visto que o termo juventude não foi o único utilizado durante um certo período. De acordo com Freitas (2005), o termo adolescência, a partir dos anos 80, ganhou visibilidade e passou a ser amplamente discutido no debate público. Entretanto, a nomenclatura juventude, que fizesse menção aos jovens maiores de 18 anos, esteve fora das discussões até os anos 90. Somente na virada da década que o termo juventude passou a ser amplamente discutido e debatido na sociedade. Acerca desta discussão, elucida-se que

[...] o termo juventude, assim como os jovens com mais de 18 anos, ficaram por muito tempo fora do escopo da tematização social; até meados dos anos 90, quando uma nova emergência do tema se produz, principalmente centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens, basicamente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida (Freitas, 2005, p. 7)

Assim, o desafio que está posto compreende no fato que “os conceitos de adolescência e juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes” (León, 2005, p. 10). Nesta perspectiva, Dayrell complementa que “construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais” (Dayrell, 2007, p. 157). Em linhas gerais, concorda-se com o pesquisador que tratar tal categoria traz à tona desafios, de modo que “é preciso reconhecer as dificuldades em definir o que é a juventude, um desafio posto para a sociologia da juventude em delimitar o próprio objeto: afinal, como categorizar os sujeitos pesquisados? São adolescentes? São jovens?” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 109).

Em síntese, a interpretação de Dayrell e Carrano vai ao encontro do que Pais trata sobre a cultura juvenil em seus estudos. Para o autor

[...] nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil “unitária”. No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existe. (Pais, 1990, p. 140).

Por tudo isto, compreende-se a categoria juventude em sua pluralidade, visto que “as diferentes formas de socialização e inserção dos jovens, a partir de seu universo sociocultural e posição de classe são determinantes para se conhecer de que juventude está se falando” (Alves, 2017). Neste viés, não se deve compreender a categoria juventude isoladamente, pois

[...] além das marcas da diversidade cultural e das desiguais condições de acesso aos bens econômicos, educacionais e culturais, a juventude é uma categoria dinâmica. Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Em particular, neste trabalho, entende-se a categoria juventude em sua dinamicidade, portanto, não pode ser dissociada do contexto social, geográfico ou econômico em que está inserida. Dayrell e Carrano esclarecem que “não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem” (Dayrell; Carrano, 2014, p. 112).

Dito isto, ressalta-se, que, em 2020, a partir das restrições impostas devido à crise sanitária decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2), as relações humanas e o acesso dos jovens aos mais variados espaços sociais foram cessados. No âmbito educacional, por exemplo, evidencia-se impactos que vão desde a dificuldade de acesso às aulas on-line, exclusão digital, ausência de espaços aptos aos estudos em seus domicílios até à evasão escolar. Neste contexto, é importante destacar que, ainda que a retomada das atividades já tenha ocorrido, os impactos vivenciados pela juventude, desde março de 2020 continuam postos até os dias atuais, principalmente, aos jovens que estão expostos às vulnerabilidades e/ou desigualdades sociais.

Diante disso, compreende-se que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 não ocorreram da mesma forma para todos os jovens, visto que compreendemos a juventude, em sua pluralidade e, portanto, as experiências vividas pelos jovens são dinâmicas e variam de acordo com o contexto de cada jovem.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre os efeitos da crise sanitária ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) na educação dos jovens, a partir de uma análise documental que buscou avaliar os possíveis desdobramentos da pandemia no acesso à educação, na continuidade dos estudos, na evasão escolar, bem como no ingresso dos jovens no mercado de trabalho. Posto isto, na próxima seção, realizou-se um breve levantamento do contexto educacional brasileiro e, em seguida, uma análise das juventudes brasileiras

e as desigualdades no contexto da pandemia da COVID-19.

CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO: BREVES CONSIDERAÇÕES DOS IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Buscando tecer breves considerações acerca do contexto educacional brasileiro, realizou-se uma pesquisa documental focada em informativos, artigos e dados produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pela Plataforma Nilo Peçanha, dando ênfase aos dados populacionais e/ou educacionais. Procurando tecer uma discussão melhor delineada, ao longo desta seção, serão tratados dados de diferentes regiões brasileiras, estreitando a análise para os dados da cidade do Rio de Janeiro, a fim de aprofundar o debate acerca do contexto educacional neste território.

De acordo com os dados da PNAD (2019), a população brasileira acima de 30 anos representa 57,7% dos brasileiros. No que diz respeito à população menor que 30 anos, mais especificamente, “grupos que compreendiam pessoas de 18 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos de idade correspondiam, respectivamente, a 3,2%, 7,6% e 7,3% da população residente” (PNAD, 2019, p. 6).

A partir dos dados apresentados pelo mesmo estudo, PNAD (2019), aferiu-se que o Sudeste contém 42,2% da população residente do Brasil, seguida da região Nordeste, que possui 27,2% da população brasileira. As regiões Centro-Oeste, Norte e Sul contam com, respectivamente, 7,7%, 8,6% e 14,3% da distribuição da população. Dito isto, a discussão avançará pautada na análise dos dados sobre a educação nacional.

No que tange à educação, de acordo com

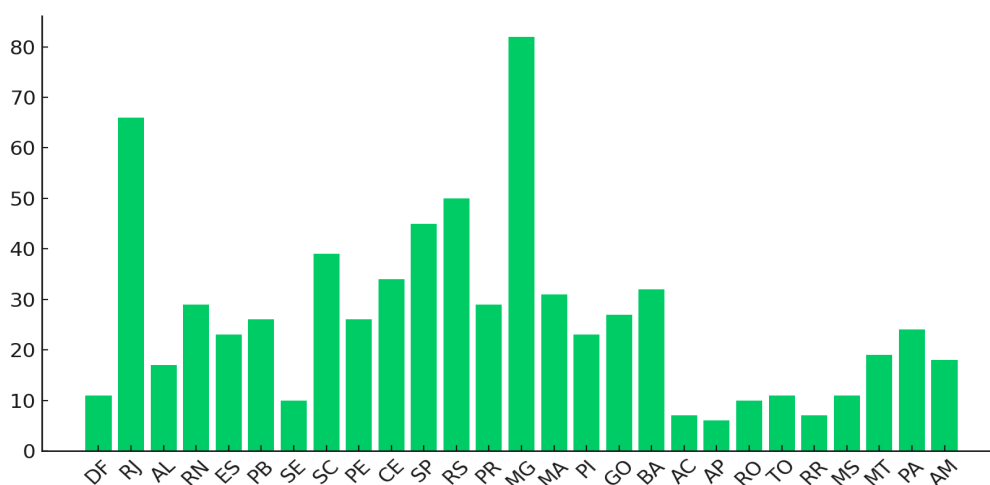


Figura 1: Quantidade de escolas federais por unidade federativa, organizada a partir dos dados coletados na plataforma INEPDATA (2022).

os dados do Censo da Educação Básica (2020, p. 7), no Brasil, “foram registradas 7,6 milhões de matrículas no ensino médio em 2020, aumentando 1,1% no último ano. Esse crescimento interrompe a tendência de queda observada nos últimos anos (redução de 8,2% de 2016 a 2019)”. Esse crescimento pôde ser percebido, também, no número de matrículas da educação profissional, a qual “apresentou crescimento nos últimos três anos. Em relação ao último ano, o número de matrículas aumentou 1,1%” (CENSO, 2020, p. 8). Contudo, no que diz respeito às matrículas realizadas nas 179,5 mil escolas de educação básica, o Censo (2020) evidenciou que ocorreram 47,3 milhões de matrículas no Brasil. Este quantitativo representa um declínio, quando comparado ao percentual de matrículas em 2019.

Já em relação à disposição geográfica das escolas, verificou-se que “as matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente em áreas urbanas (89,1%). Na rede privada, 99% das matrículas estão em escolas urbanas” (CENSO, 2020, p. 17). Já no âmbito dos recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio, o CENSO (2020) evidenciou que a rede federal possui a melhor oferta de recursos, seguida da rede privada de ensino. Destacou-se, ainda, que há a oferta de internet em 99,8% das escolas da rede federal de ensino, seguido de 99,3% da rede privada. Sendo a disponibilidade de internet para alunos maior na rede federal de ensino (98%), do que na rede privada (69,8%).

A partir desta breve contextualização, a discussão dá luz aos dados acerca da escolarização no Rio de Janeiro, em particular, à rede federal de ensino. A partir da análise dos dados disponibilizados no Catálogo de Escolas da Plataforma INEPDATA, verificou-se que o Rio de Janeiro é um dos estados com a maior concentração de escolas federais, ficando atrás apenas do estado de Minas Gerais (Figura 1). Por este motivo,

Lançando luz sobre o estado do Rio de Janeiro, a análise foi direcionada para a cidade do Rio de Janeiro e, a partir de uma aferição mais detalhada do CENSO (2020), verificou-se que do total de 2.543 turmas da educação profissional, o município do Rio de Janeiro apresenta 574 turmas de Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado). Observou-se, ainda, nesta análise, que, destas, 179 são oferecidas pela rede federal, enquanto 305 são ofertadas pela rede estadual. Na busca de compreender mais efetivamente o contexto educacional brasileiro, elegeu-se o Centro Federal Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, unidade Maracanã.

Em âmbito geral, no total dos 26 cursos ofertados no campus Maracanã, foram realizadas 2.626 matrículas. Observou-se, também, a taxa de evasão disponível na plataforma, referente ao ano 2020, que representou 5,0% nos cursos técnicos, nesta unidade. Quanto ao perfil dos estudantes, os dados obtidos na plataforma indicam que 85,3% dos estudantes dos cursos técnicos possuem entre 15 e 19 anos, sendo a maioria (52,1%) composta pelo sexo masculino, enquanto as estudantes do sexo feminino representam 33,2%. No que tange à declaração racial, 55,56% dos jovens dos cursos técnicos declararam-se brancos, enquanto 38,89% dos jovens declararam-se pardos.

Já ao avaliar os dados de 2021, a Plataforma Nilo Peçanha indicou que a unidade Maracanã apresentou uma taxa de evasão escolar nos cursos técnicos integrados de 8,0%. Os dados de classificação racial e de renda familiar dos estudantes evidenciam que 57,96% declararam-se brancos e 32,92% pardos. Quanto ao sexo e a faixa etária dos estudantes, verificou-se que os jovens que possuem entre 15

e 19 anos representam o maior quantitativo de estudantes, cerca de 78%. Destes, 46,5% são do sexo masculino e 31,5% do sexo feminino. Já os jovens com idade entre 20 e 24 anos representam 19,7% dos estudantes. Destes, 13,1% são do sexo masculino e 6,6% são do sexo feminino.

Por fim, os dados referentes a 2022 disponíveis na plataforma, indicaram que a taxa de evasão escolar nos cursos técnicos integrados foi nula ou quase nula. Os jovens com idade entre 15 e 19 anos representam 75,8%, sendo 43,7% do sexo masculino e 32,1% do sexo feminino. Já os jovens com idade entre 20 e 24 anos representam 21,1% dos estudantes. Destes, 14,5% são do sexo masculino e 6,6% são do sexo feminino. Ainda de acordo com os dados apontados pela plataforma, em 2022, 45,10% declararam-se pardos, 29,41% pretos e 25,49% brancos.

A partir dessa análise percebe-se que, ao longo dos três anos analisados (2020, 2021 e 2022), a taxa de evasão sofreu uma oscilação de 5%, 8% e 0%; respectivamente (Figura 2A). Compreende-se que o maior índice de evasão ocorreu no ápice da pandemia, reduzindo drasticamente quando a mesma apresentou recessão.

Já o percentual de jovens entre 15 e 19 anos nos cursos técnicos do CEFET, unidade Maracanã, diminuiu significativamente neste período. Ao longo dos três anos, o percentual foi de 85,3%, 78% e 75,8%; respectivamente (Figura 2B). Considera-se que esta queda pode indicar a antecipação da entrada dos jovens no mercado de trabalho e isso pode ser reflexo, tanto do atual contexto econômico do país, quanto do período de pandemia, quando diversas famílias perderam renda, o que acarretou na entrada precoce de muitos jovens no mercado de trabalho.

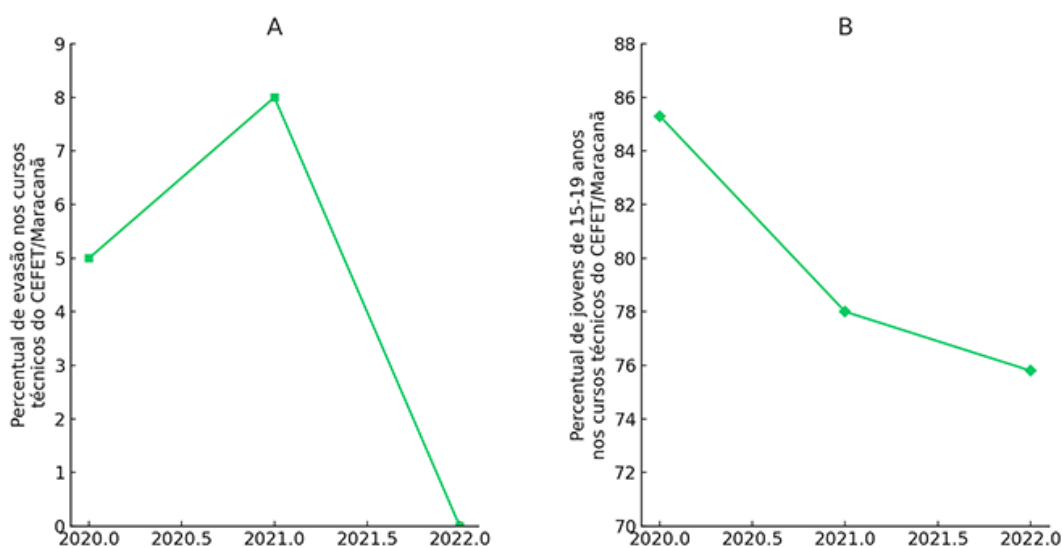


Figura 2 - (A) Percentual de evasão de alunos nos cursos técnicos do CEFET-RJ, campus Maracanã, no período de 2020 a 2022. (B) Percentual de jovens de 15 a 19 anos nos cursos técnicos do CEFET-RJ, campus Maracanã, no período de 2020 a 2022.

Assim, infere-se que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 ainda estão em curso. Os danos gerados à economia, por exemplo, podem impactar diretamente na formação dos jovens nos próximos anos, visto que muitos precisaram abandonar os estudos para ingressarem no mercado de trabalho e garantir a renda da família durante o período pandêmico. Essa realidade vivida por muitos jovens, durante o período de isolamento social, refletirá nas suas trajetórias, visto que, destes jovens, alguns não conseguirão retornar à escola e concluir os seus estudos. Em outras palavras, “desde o início da pandemia houve um grande crescimento de jovens pensando em não voltar a estudar: de 3 a cada 10 passam para 4 a cada 10 jovens matriculados que admitem já ter pensado em parar os estudos (CONJUVE, 2021, p. 68).

Em síntese, diversos fatores, como a exclusão digital, ausência de saneamento básico e dificuldade de acesso aos direitos básicos - saúde, lazer, segurança, entre outros - foram alguns dos obstáculos enfrentados pelos jovens durante a pandemia. Todavia, esta realidade não foi vivida por todos os jovens da mesma maneira, visto que os jovens expostos às vulnerabilidades e/ou desigualdades sociais vivenciaram o período pandêmico de uma forma diferente daqueles que não se encontravam nestas condições. Dada a relevância desta discussão, na próxima seção, este debate será aprofundado.

JUVENTUDES BRASILEIRAS E AS DESIGUALDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19

Na especificidade do tecido social brasileiro, vislumbra-se a dinamicidade da categoria juventude. Por esta razão, a mesma deve ser compreendida como plural e diversa. Posto isto, o desafio é conhecer essa pluralidade a fim de dialogar, conhecer e pesquisar esta categoria. A seguir, será dado o enfoque ao debate dos impactos da pandemia na trajetória escolar dos jovens, especificando os retrocessos e desafios impostos, em especial, aos jovens em situação de vulnerabilidade social.

É inegável que o contexto socioeconômico e, inclusive, o arranjo geográfico são fatores que podem vir a influenciar no acesso à educação e ao mercado de trabalho. “Se o adolescente pertence às camadas populares, a entrada no mundo do trabalho pode acontecer ainda bastante cedo, muitas vezes paralela aos estudos ou mesmo significando o abandono da educação básica antes de sua conclusão.” (LEAL; MASCAGNA, 2020, p. 4624). Sem dúvida, a entrada no mercado de trabalho não ocorre da mesma forma para todos os jovens e as experiências que marcam esta etapa de vida variam em consonância com

diversos fatores. Na prática, “para as classes com maior poder aquisitivo, a adolescência pode significar um tempo maior de espera para integrar o mercado de trabalho, o que pode acontecer, em muitos casos, apenas após a conclusão do ensino superior” (LEAL; MASCAGNA, 2020, p.4624). Assim como a continuidade aos estudos e o ingresso no ensino superior não podem ser compreendidos como uma realidade acessada por todos os jovens, “a integração dos jovens na sociedade, tradicionalmente imaginada como uma sequência de passos da escola para o trabalho, não é um processo linear” (IPEA, 2020, p. 31).

Decerto, muitos jovens abandonam os estudos para ingressarem no mercado de trabalho ou até realizam os estudos concomitantemente, o que leva às duplas jornadas de estudo e trabalho. E à luz desta discussão, notabiliza-se que “a análise da conjuntura do mercado de trabalho nos anos mais recentes tem destacado um expressivo aumento na taxa de desemprego. Os jovens são apontados como um dos grupos mais afetados.” (CORSEUIL; FRANCA; POLOPONSKY, 2020, p. 506).

Dados do IPEA (2020), apresentados a partir da análise da conjuntura do mercado de trabalho no período entre 2012 e 2019, evidenciam que

o aumento do desemprego ocorreu de forma generalizada entre todos os recortes socioeconômicos [...]. Observa-se que o primeiro trimestre de 2017 registrou o maior valor da taxa em todas as desagregações. Na desagregação por faixa etária, o grupo dos adolescentes foi o mais afetado, com um crescimento de 20 p.p. entre os primeiros trimestres de 2013 e 2019, passando de 25,2%, no primeiro trimestre de 2013, para 45,4%, no mesmo trimestre de 2019. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o aumento do desemprego em todo o período analisado foi de 10,8 p.p., chegando a 27,3% em 2019. Vale destacar que a taxa de desemprego nesta faixa etária chegou a 28,7% no primeiro trimestre de 2017. (IPEA, 2020, p. 12).

Estreitando a leitura dos dados disponibilizados no estudo, fica evidente que, no recorte por gênero e escolarização, as mulheres (15 a 29 anos) enfrentaram mais o desemprego do que os homens da mesma faixa etária. Quanto à escolarização, os jovens desempregados que possuem fundamental incompleto representavam 25,1%, em 2019 (1º trimestre), enquanto os jovens desempregados com ensino fundamental completo representavam 23,7%.

Ainda sobre a questão do trabalho formal e informal, o documento destaca que “na juventude, esse tipo de relação é ainda mais preocupante, haja vista que trabalhar na informalidade no início da carreira pode comprometer toda a sua trajetória profissional.” (IPEA, 2020, p. 18). Naturalmente, muitos dos jovens que enfrentam duplas jornadas, dividindo-se entre os estudos e o trabalho, acabam ingressando no mercado informal.

E, mesmo quando concluem a escolarização, muitos não conseguem uma vaga no mercado formal, o que acaba impactando na trajetória profissional, conforme assinalado pelo IPEA (2020). Todavia, o que está sendo evidenciado é que “o emprego informal se configura como a principal porta de entrada do emprego para os jovens. Durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entram no mercado de trabalho por meio do emprego informal” (IPEA, 2020, p. 21).

Acrescido a essa discussão, o ano de 2020, que foi marcado pela pandemia da COVID-19, teve o cenário educacional, social, dentre outros, extremamente afetados. À luz desta discussão, a UNESCO (2020) elucidou que “mais de 1,5 bilhão de estudantes e jovens em todo o planeta estão sofrendo ou já foram afetados pelo impacto do fechamento de escolas e universidades devido à pandemia da COVID-19”. Posto isso, conclui-se que os impactos avassaladores da pandemia tomaram proporções tão catastróficas e ligeiras, pois encontraram um contexto social, político e econômico já defasado e com rachaduras em sua estrutura. Ressalta-se, ainda, que “quarenta anos de neoliberalismo na América do Norte e do Sul e na Europa deixaram o público totalmente exposto e mal preparado para enfrentar uma crise de saúde pública desse calibre” (Harvey, 2020, p. 14).

Obviamente que os impactos gerados pela pandemia não serão iguais para toda a população. Se considerar as juventudes, compreende-se que as desigualdades sociais impactaram na forma como os jovens acessaram o mercado de trabalho e o ensino superior durante a pandemia e, também, no período subsequente. Elucida-se que muitos jovens, principalmente os desfavorecidos economicamente, optaram pelo abandono escolar em busca de atividades formais ou informais como meio de atravessarem os danos gerados pela pandemia da COVID-19.

O impacto gerado ao mercado de trabalho pela pandemia foi alarmante. De acordo com os dados extraídos do Painel da PNAD Contínua (2022), em agosto de 2020, registrou-se a taxa de 14,3% de desocupados, o que representava 13,7 milhões de pessoas. No ano seguinte, 2021, a taxa caiu para 14,1%, o que na prática, considerando o número populacional, representava 14,4 milhões de pessoas, quantitativo ainda exuberante. Já em 2022, no segundo trimestre, a taxa de desocupação desacelerou para 9,3%, entretanto, o que é inquietante é que a taxa de informalidade disparou. Mesmo que se notabilize a queda da taxa de desemprego em 2022, na prática, muitos desses trabalhadores estão exercendo trabalhos sem carteira assinada ou por conta própria, sem CNPJ. Para a juventude, o desemprego, o acesso ao mercado informal de trabalho, a evasão escolar e a não continuidade dos estudos deixará marcas para as próximas gerações. A Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus (2021) aponta que os efeitos da pandemia sobre a vida profissional das juventudes têm marcado não apenas a renda

e as formas de trabalho mas também o ingresso no mercado de trabalho: 4 a cada 10 jovens que estão trabalhando estão em seus primeiros trabalhos, subindo para 5 a cada 10 entre aqueles com 18 a 24 anos.

Jovens que estão trabalhando, em sua maioria são estudantes e se dividem principalmente entre aqueles que são dependentes financeiramente e aqueles de quem o domicílio depende de seus salários (CONJUVE, 2021, p. 40).

Certamente, os impactos que serão vistos no futuro já são experimentados pelos jovens, principalmente aqueles que experimentam os desafios impostos pela vulnerabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decerto que os impactos gerados pela pandemia à educação dos jovens ainda não estão totalmente delineados. E, ainda que alguns retrocessos e defasagens já possam ser detectados, os danos só serão compreendidos, em sua totalidade, a médio e longo prazo. Na perspectiva de Ramos,

isto nos ajuda a ver que a pandemia não se trata somente – e isto já é muito – da manifestação da doença. Trata-se da manifestação de várias questões que implicam a vida do ser humano neste planeta na sua historicidade, em especial no modo de produção capitalista. (RAMOS, 2020, p. 155).

A partir das reflexões panorâmicas tratadas ao longo deste trabalho, salienta-se a importância do acompanhamento e ampliação do debate, além do incentivo de medidas e políticas públicas que visem minimizar os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 a todos os setores (educação, saúde, ambiental, econômica, social, etc.) e aos jovens.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Alda de Sousa. Juventudes e Ensino Médio: Transições, Trajetórias e Projetos de Futuro. Livro digital. Curitiba. EDITORA CRV. 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Catálogo de escolas: Listas de Escolas. Ministério da educação. Brasília, DF: INEP, 2022. Disponível em: https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2F-Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%2F_portal%2FCat%C3%A1logo%20de%20Escolas&Page=Lista%20das%20Escolas&P1=dashboard&Action=Navigate&ViewState=5e2dbp8io167cboatihsbp82&P16=NavRuleDefault&NavFromView-ID=d%3Adashboard~p%3Asf156n9k0qs70741.

Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2020: Notas Estatísticas. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 12 ago. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CONJUVE), FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, REDE CONHECIMENTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO), EM MOVIMENTO, VISÃO MUNDIAL, MAPA EDUCAÇÃO E PORVIR. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus. 2ª Edição Relatório Nacional - maio de 2021. Disponível em https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf. Acesso em: 03 jul. de 2021.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1993.

CORSEUIL, C H L; FRANCA, M P; POLOPONSKY, K. A inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho num contexto de recessão. Novos estud. CEBRAP. SÃO PAULO.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: Quem é este aluno que chega à escola. In: Juventude e Ensino Médio: Sujeitos e Currículos em diálogo / Juarez Dayrell, Paulo Carrano, Carla Linhares Maia, organizadores. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

FREITAS, Maria Virgínia de. (Coord.) Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.

HARVEY, David. Anticapitalismo em tempos de pandemia [recurso eletrônico]: marxismo e ação coletiva. Tradução: Artur Renzo, Cauê Seigner Ameni, Murillo van der Laan. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. PNAD CONTÍNUA. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. PAINEL PNAD CONTÍNUA. Disponível

em <https://painel.ibge.gov.br/pnad/>. Acesso em 15 ago. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização. Brasília: OIT, 2020.

LEAL Zaira F. de R. G, MASCAGNA, Gisele Cristina. Trabalho, Educação e Formação Omnilateral. In: Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico do nascimento à velhice. MARTINS, Lígia M.; ABRANTES, Angelo Antonio; FACCI Marilda Gonçalves Dias. (Org.). Livro digital. Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In FREITAS, Maria Virgínia de. (Coord.) Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação Educativa. São Paulo, 2005.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2022 (Ano Base 2021). Disponível em <https://public.tableau.com/views/PNP2022-Ano-Base2021/Capa?:showVizHome=no>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2021 (Ano Base 2020). Disponível em <http://public.tableau.com/views/PNP2021-Ano-Base2020/Capa?:showVizHome=no>. Acesso em: 14 ago. 2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2020 (Ano Base 2019). Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. Ministério da Educação. PNP 2019 (Ano Base 2018). Disponível em <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2019.html>. Acesso em: 14 jan. 2021.

PAIS, José Machado. A Construção sociológica da juventude- alguns contributos. Análise Social, vol. XXV (105-106), 1990.

RAMOS, M. N. Politecnia: ensino médio integrado frente ao contexto de pandemia. In: Letícia Batista Silva; André Vianna Dantas. (Org.). CRISE E PANDEMIA: quando a exceção é regra geral. 1ed. Rio de Janeiro: EPSJ/FIOCRUZ, 2020, v. 1, p. 147-161.

UNESCO. Coalização Global de Educação. Disponível em <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/globalcoalition>. Acesso em: 14 jan. 2021.